

A (re)Invenção do Eu através do discurso: o anonimato nas Famílias Anónimas

Catarina Fróis

Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa

A forma como as pessoas se definem a si próprias em sociedade, quer perante si mesmas quer perante o(s) outro(s), faz parte de um processo de socialização que preexiste, muitas vezes, o nascimento do próprio indivíduo. No caso que iremos analisar aqui, temos presentes várias condições que tornam pertinente uma compreensão do modo como as práticas discursivas estão interligadas com processos identitários e com uma permanente reinvenção da pessoa através deste processo; como se de outro(s) nascimento(s) se falasse.

As Famílias Anónimas definem-se como “Irmandade” ou “Associação” dirigida sobretudo para familiares de pessoas com problemas de adicção¹. Ao longo do trabalho de terreno desenvolvido entre Novembro de 2002 e Julho de 2003, constatei que os membros eram sobretudo mulheres, de idades compreendidas entre os 45 e os 60 anos, mães de toxicodependentes – “adictos” - no activo ou em processo de recuperação.

¹ Para uma reflexão sobre (toxico)dependência(s) cf. Valentim, 1998. Especificamente sobre adicção vide Davies, 1997. Outros estudos sobre grupos anónimos podem ser encontrados em Antze (1987), Cain (1991), Greil & Rudy (1983), Faizang (1986), Valverde & White-Mair (1999).

A entrada nesta associação é, na maior parte dos casos, marcada por alguma ambiguidade: desconfiando tratar-se de uma seita por um lado, e o apelo que traz o desespero, por outro, os futuros membros dispõem-se a dar uma *chance* e “tentar ver no que dá”. A chegada a um grupo e a uma reunião específica é, assim, pautada pelo conflito e desconfiança: uma vez que conhecem a associação, na maior parte dos casos, por “portas travessas”, ou seja, *alguém que sabe de alguém* que tem um problema semelhante e que vai “àquelas reuniões” e por constatarem que os locais das reuniões são principalmente igrejas ou locais relacionados; embora não exista a condição de se ser religioso ou católico: esta questão prende-se sobretudo com a disponibilização de salas vagas.

A reacção inicial da maior parte daqueles que ali vão é, como já foi dito, de que estão perante uma seita que (pensam eles) promete uma qualquer cura para os seus filhos; no entanto, e dado o desespero que sentem (e também por, na maior parte dos casos, terem já tentado várias alternativas), insistem em ficar.

Eu já tinha feito tanta coisa e nada tinha resultado, que para mim era só ir a mais um lado. Fui com uma certa esperança, pensava que ia lá buscar qualquer coisa para curar. Falavam de uma linguagem que eu entendia. Ouvi lá pessoas falarem de um problema igual ao meu e a gente quando está assim, está muito só, pensa-se que somos únicas, que não há mais ninguém. (M.E., Fevereiro de 2003)

O facto de entrarem numa sala onde as pessoas se riem e falam abertamente dos seus problemas é também motivo de algum desconforto inicial:

Eu pensava que aquilo era tudo gente maluca! Então com problemas tão graves e aquela gente estava-se ali a rir! Decidi ficar porque sou boa aluna e disseram-me para não desistir logo, para frequentar pelo menos 6 reuniões, mas foi um grande choque! (M.A., Março de 2003).

A par de um processo de integração na organização, feito por uma aprendizagem das regras, normas e funcionamento da associação e da actuação do sujeito que nele se está a inserir, existe também uma reinvenção e racionalização da

pessoa, mediada pela adopção de um discurso que conduz a que estas mesmas transformações se operem.

Muito brevemente explicarei de que forma se desenrola uma reunião: à chegada dos membros a um local e hora predeterminados, a sala que vão ocupar é “transformada” através da colocação de cartazes nas paredes (com lemas da associação como, p.ex. “Só por hoje”, a Oração da Serenidade², etc.) e da literatura específica da organização em cima das mesas. Após estes preparativos iniciais todos os membros presentes sentam-se à volta da mesa (ou ainda noutras disposições, dependendo da forma como se apresenta a sala), o coordenador começa à reunião fazendo algumas leituras, um dos membros convidados faz uma exposição pessoal com base na sua experiência relativamente ao problema que aqui se aborda, pelo que em seguida todos os membros são convidados a participar também, cada um na sua vez. No final da reunião, que tem por norma a duração de 1 hora e 30 minutos, a sala é arrumada tal como estava antes da realização dos membros, sem que haja qualquer sinal da sua passagem por ali.

Ao longo das reuniões, recorrendo à memória, ao passado e à narrativa oral, em intervenções dirigidas ao grupo e contadas na primeira pessoa, começa a existir uma alteração na forma como o sujeito se define a si próprio em relação não só ao seu passado e à sua forma de actuação mas, de igual modo, relativamente ao presente, a quem é e ao modo como actua em sociedade e com os outros.

A forma como são feitas as intervenções ilustra de forma categórica este processo de aprendizagem, interiorização e racionalização do que é ser-se um membro de Famílias Anónimas. Não sendo um projecto/processo óbvio ou que esteja explícito, reconhecemos que existe um padrão nas exposições e nos comportamentos dos vários membros em grupo. Deste modo, este processo passa não só pelo uso de novos/velhos termos que expliquem as situações pelas quais estas pessoas passam mas, de igual forma, pela maneira como os expõem, revivendo e recorrendo mentalmente a todo um passado que poderia ser considerado como o “antes” e “depois” de ter conhecido o “programa” da organização.

Paul Antze refere esta ideia no seu estudo sobre os Alcoólicos Anónimos: “... A.A. does far more than to help the compulsive drinker shake off a troublesome habit. It also draws him into a community that globally reorders his life. It provides him with

² Oração da Serenidade: “Concedei-me Senhor, Serenidade para aceitar as coisas que eu não posso modificar, Coragem para modificar aquelas que posso e Sabedoria para distinguir umas das outras.”

a new understanding of himself (...) – in effect a new identity. (...) It brings him to revise every phase of his conduct in keeping with a new ethical regimen built around such watchwords as “serenity”, “humility”, “forgiveness” and “service”. (1987: 149).

Assim, ao falar de novos/velhos termos utilizados, refiro-me ao uso de palavras ou expressões que, neste contexto, não só assumem novos significados e interpretações mas são, daí em diante, utilizados como “lemas” e cuja importância é partilhada por todos de igual forma. Só para dar alguns exemplos, podemos referir palavras como “medo”, “fé”, “serenidade”, “partilha”, etc. Apesar de serem expressões que todos nós utilizamos no quotidiano, compreendemos que aqui não só assumem um novo significado, mas como é entendido por todos como um referente comum. No nosso dia-a-dia, quando falamos em “medo”, podemos estar a referir-nos a inúmeras situações: medo da morte, da dor física, de ficar desempregado, etc.. Aqui, quando se fala em “medo”, todos pensam, p.ex., no medo que têm de uma possível recaída do seu filho; por “partilha” entendem que é uma forma de dar a conhecer aos outros a sua experiência pessoal, de se ajudarem mutuamente, etc.

Assim, este modelo terapêutico³ tem como base a narrativa oral, o discurso, a troca de experiências, o adquirir de novos modelos interpretativos; em simultâneo com uma interiorização que é feita progressivamente à medida que cada membro se vai sentindo como “parte” da associação. Num momento inicial de conhecimento e posterior pertença a um grupo de Famílias Anónimas, dão-se transformações interessantes no modo como a pessoa começa a interpretar-se a si própria, as relações que estabelece com os outros e os problemas que a levaram ali. Num dos trabalhos feitos sobre este processo de “conversão” aos Alcoólicos Anónimos - organização que cria/usa pela primeira vez esta filosofia – encontramos esta mesma perspectiva: “The process by which individuals affiliate with A.A. entails a radical transformation of personal identity in that A.A. provides the prospective affiliate not merely with a solution to problems related to drinking, but also with an overarching world view with which the “convert” can and must reinterpret his or her past experience” (Greil & Rudy, 1983: 6)

³ Não entraremos aqui a fundo nas questões referentes ao recurso à memória e seus “usos terapêuticos”, no entanto, um trabalho a salientar, pela sua interdisciplinaridade, pode ser encontrado em: Antze e Lambek (1996) e Quintais (2000).

“Faz o que eu digo, não faças o que eu faço”. O conflito entre o discurso e a prática.

Mas as interpretações que se podem fazer deste caso de estudo revelam-se mais complexas do que inicialmente se pode observar “à primeira vista”. Estamos perante uma forte condição de ambiguidade, vivenciada sobretudo de duas formas diferentes.

Por um lado, temos a questão do dilema moral e pessoal em que as pessoas se encontram a partir do momento em que começa a haver uma integração plena na associação e uma interiorização da sua filosofia como “um novo modo de vida”: *eu mudei muito: tornei-me uma pessoa muito mais inteira; é um programa de vida: mudança de vida, mudança de atitudes, mudança de ver as outras pessoas...* (A., Janeiro 2003)

Por outro lado, e por ser uma associação que se designa como “anónima”, defendendo o uso do anonimato tanto para dentro como para fora das reuniões⁴, para além da permanente gestão da informação que cada um dá de si próprio, o uso deste anonimato, sentido como uma salvaguarda dos membros, é também experienciado como ambíguo uma vez que interfere no modo como os sujeitos se relacionam com os outros. Será principalmente a compreensão destas duas situações que iremos explorar neste texto.

Nas Famílias Anónimas, o membro encontra, em certos momentos, o conflito ou dilema de compreender de um outro modo os seus problemas e os seus sentimentos, ao mesmo tempo que ainda não é capaz de conseguir agir em total conformidade com esta mesma aprendizagem.

Um exemplo pode ser pensado quando encontramos nas Famílias Anónimas uma pessoa (homem ou mulher) que ali chega pela primeira vez e está profundamente consternada: são frequentes as crises de choro, o desabafo do desespero, a impotência perante fracassadas tentativas de controlo em relação ao comportamento destrutivo dos familiares (filhos/filhas, maridos, irmãs, etc.). Sentindo todo esse desespero, as pessoas

⁴ cf. Fróis, (2004), (2003). Transcrevem-se aqui as 11^a e 12^a Tradição das Famílias Anónimas por estarem directamente relacionadas com o anonimato:

“11^a- A nossa política de relações publicas baseia-se mais na atracção do que na promoção: temos de manter sempre o anonimato pessoal ao nível da imprensa, rádio, cinema e TV. Temos de preservar com especial cuidado o anonimato dos nossos membros, assim como os dos membros de outros programas de recuperação. 12^a-O anonimato é o alicerce espiritual de todas as nossas Tradições, lembrando-nos sempre a necessidade de colocar os princípios acima das personalidades.” (Families Anonymous, Inc., 1991)”

procuram encontrar ali a cura para os seus familiares. Ao invés, aquilo que encontram é algo que entra em claro conflito com o que até então lhes havia sido “ensinado”: é-lhes pedido que “larguem” esses familiares, que relativizem a sua preocupação para com eles, “eles que sigam a sua vida” e o caminho que escolheram⁵. Estamos então perante uma situação em que é dito a uma mãe, ao contrário do que é considerado à luz de uma sociedade moral um comportamento adequado, que deixe de se preocupar exclusivamente com o seu filho: que “saia de casa”, “vá ao cabeleireiro”, “sair com as amigas”⁶.

À medida que vai havendo uma maior integração no grupo e uma interiorização da filosofia das Famílias Anónimas, existe também um “acompanhamento” do discurso com a prática: o 1º Passo das Famílias Anónimas diz: “Admitimos que éramos impotentes perante as drogas e as vidas dos outros - que as nossas vidas se tinham tornado ingovernáveis.” É a partir do momento em que os membros reconhecem esta realidade, ou seja, a impotência perante os seus filhos, que se encontram “preparados” para a mudança.

Diz-nos um informante - que já frequenta a associação há alguns anos – relativamente à mudança que se operou com a interiorização da filosofia das Famílias Anónimas por relação ao comportamento que adoptou para com o filho, na altura toxicodependente no activo: *Fez-me começar a ter uma outra atitude em relação a ele, deixar de lhe dar dinheiro e essas coisas. Houve um dia em que ele levou a chave e não tinha autorização para ter chave e nesse dia tivemos de mudar a fechadura, ele só entrava aqui se realmente quisesse ir tratar-se. E mesmo assim ele viveu na rua uma série de tempo, nem no dia dos meus anos veio cá, o que me deu um grande desgosto.* (Z., Novembro 2002)

Um outro informante mostra-nos igualmente uma situação em que as Famílias Anónimas foram determinantes sobretudo como base de apoio aquando as crises: *muitas vezes não resulta [atitudes para com os filhos], a gente tentou mas não resultou. E resulta mais quanto mais a gente conseguir colocar em prática certas ferramentas, certos paradigmas.* (A., Março 2003)

⁵ Obviamente que não podemos retirar estes casos do contexto em que se inserem ou encarar com leviandade este tipo de argumentos: estamos perante situações conflituosas de pessoas desesperadas pela sua impotência e que percebem ali que não têm meios para salvar os seus filhos e que é importante que, chegadas a uma situação insustentável, consigam não se deixar arrastar nesta situação.

⁶ Sobre relações familiares, género, solidariedade dentro da família, cf. Durant (1987), Finch (1989), Comas d’Argemir (1992).

Este é um caso interessante pelo conflito permanente em que vivia este membro e sua mulher (que também frequentava as mesmas reuniões – este foi dos poucos casos observados em que o casal ia em conjunto às reuniões), uma vez que o seu filho, adicto no activo, era causa de sofrimento permanente e alvo de tentativas várias de mudança de atitudes em relação a ele. Esta família, de origem brasileira e a residir em Portugal há cerca de 2 anos, mudou de residência sobretudo por duas razões: a oferta de um novo emprego ao marido (aqui o informante) e a toxicoddependência de um dos 3 filhos, que estava a atingir uma situação que afectava toda a família. Desde tentativas de suicídio e até mesmo de ameaças de morte à sua filha recém-nascida, este casal optou pela mudança de ambiente como uma forma de conseguir ajudar o seu filho a deixar o consumo de drogas. No Brasil frequentavam já uma associação de apoio a pais de toxicoddependentes semelhante às Famílias Anónimas, embora tivesse sobretudo uma componente religiosa.

O conflito entre os ensinamentos das Famílias Anónimas e os seus sentimentos e consciência dos seus deveres enquanto pais, imbuídos por valores sociais e morais, era visível: desde ameaças a expulsar de casa o filho, argumentadas com o facto de que prejudicava os irmãos; pondo-lhe uma cama na sala de estar da sua casa de maneira a que não tivesse acesso a outras divisões senão a casa-de-banho e a cozinha; crises de choro frequentes pelas tentativas frustradas de impor regras - não dar dinheiro, não deixar nada que pudesse ser vendido ao alcance do seu filho - até que chegaram a uma situação em que impediram a sua entrada em casa, tendo arranjado forma de ir trabalhar para outra cidade num restaurante de um amigo da família a quem foi explicada a situação.

Um outro caso em que este dilema é notório, foi relatado numa reunião através da intervenção de uma senhora cujo filho vive na rua mas que via todos os dias uma vez que o rapaz ganha dinheiro a tocar viola à porta da sua casa. O grande conflito desta senhora era que, tendo cortado todas as facilidades ao seu filho, pô-lo fora de casa, deixou de lhe dar dinheiro, etc., continua, no entanto, a pagar-lhe algumas refeições. No seu entender esta atitude vai contra os “ensinamentos” das FA que, dizem que todas as facilidades concedidas aos adictos devem ser cortadas de maneira a que estes passem por um processo de abstinência e provação e, assim, peçam ajuda quanto antes. Porém,

reconhece: *o que me apetece é trazê-lo para casa, apaparicá-lo, dar-lhe tudo o que ele quiser.* (L., durante uma reunião)

As aparências enganam: o anonimato como estigma ou o dito e o interdito.

O anonimato assume uma importância fundamental para compreendermos a pertinência deste processo na sua totalidade, uma vez que sendo uma das regras da associação, constitui-se como uma necessidade sentida pelos membros devido ao estigma⁷ que enfrentam face aos problemas que ali são tratados. Trata-se, para além de uma forma de gestão da informação que cada um dá de si mesmo (quer para dentro quer para fora do grupo), um outro modo de “apresentação do eu” em sociedade e da forma como comunicamos uns com os outros⁸.

“Eu, mãe” e/ou “Eu, membro de Famílias Anónimas”, ou seja, a conflitualidade reside de igual forma no que se diz dentro e fora das reuniões: temos a mulher/homem que é mãe/pai de um(a) filho(a) para com o qual tem o dever de ajudar, sustentar, proporcionar um lar, etc. e a mãe/pai membro de FA, que aprende a cuidar de si própria(o), “largar o seu filho(a)”, que fora do grupo (ou seja, socialmente) é um “marginal”; dentro do grupo um “doente”.

Entre “o que se diz” e “o que se faz”, temos a permanente gestão da informação que os sujeitos dão de si próprios neste contexto. Não tendo, dentro do grupo, a obrigação de dizer quem são a nível profissional, a sua residência, etc., consideram estar numa situação em que apenas os motivos que os levam ali são pertinentes e é este um dos factores de união, comunhão e sentimento de pertença. Não consideramos aqui o anonimato apenas como ausência do nome, mas num plano mais abrangente em relação a formas de identificação dos indivíduos em sociedade (cf. Marx, 1999).

Por exemplo eu não sei onde é que as pessoas moram e acho que isso é bom. Acho que nem nunca disse que moro no Cacem, a única pessoa a quem dei a minha morada foi a ti. E acho que isso é bom. Imagina que me aparecia qualquer pessoa aqui à porta. Mesmo que eu tenha dito que morava no Cacem, o Cacem é tão grande!”

⁷ Cf. Goffman, 1963.

⁸ Cf. Goffman, 1959

No seguimento da análise que temos vindo a fazer, esta questão é importante na medida em que compreendemos como o anonimato veicula duas ideias fundamentais subjacentes neste grupo: o que (não) se diz e a quem, ou seja, a possibilidade de escolha daquilo que dizemos aos outros sem comprometermos a relação em si mesma.

Como já foi referido, dentro de uma reunião os membros referem-se a si próprios como pais de adictos, tendo consciente a regra que diz: “Quem viu aqui, aquilo que ouviu aqui, quando sair daqui, deixe que fique aqui”, i.e., o anonimato como protecção do sujeito aqui presente, que não divulga para fora o que ali se passou nem as pessoas que estavam presentes. Fora de uma reunião, os membros assumirem outros “papéis” sociais da sua vida.

Diz-nos um informante a propósito da necessidade de omitir o problema do seu filho e, conseqüentemente, a sua pertença às FA: *Uma coisa é mentir sobre a verdade, outra coisa é omitir. A mentira, eu sou contra a mentira porque não acresce nada às pessoas. Agora a omissão é um instrumento de defesa, eu posso omitir alguma coisa de ti e isso não prejudica nada, não afecta ninguém. Nesse aspecto, o anonimato, a omissão, não afecta nada. O conhecimento dos factos é muito mais pesado. Se as pessoas souberem, por exemplo, no meu trabalho, do problema do meu filho, isso pode ser usado contra minha vontade ou, alheio à minha vontade; assim, não sabem por isso não usam esse argumento.*

Vemos então como o dilema moral de que falámos ao longo do texto está presente também nesta (imposta) condição de anonimato e por relação directa com o estigma: aquilo que se diz, quando e onde se diz, marcado por uma filosofia que implica, necessariamente, que (para fora da associação) não se diga que se pertence. Assim, numa situação limite, se temos presente o conflito de que anteriormente falávamos, da pessoa ir contra os seus próprios sentimentos e desejos ao aplicar a filosofia das FA, se pensarmos noutro caso em que o problema da adicção é conhecido por várias pessoas mas não o conhecimento da ida às reuniões, fica por (conseguir) explicar a adopção da conduta que doravante se tem. Como fazer entender, sem “quebrar o anonimato” que se aplica uma nova forma de estar, de viver e de resolver os problemas?

(...) normalmente quando uma pessoa é má mãe, a sociedade sabe que ela é má mãe e aponta-lhe o dedo. Se tu fores anónimo... quando há um pai que bate no filho, toda a gente sabe que aquele pai é um malandro que bate no filho, portanto a sociedade

condena-o logo à partida. Se tu tens um filho que é drogado, se tu não te expuseres a publico, não corres o risco das pessoas dizerem:” pois, ele é drogado porque tu em vez de ires para casa dar atenção ao teu filho, andavas a coçar o rabo pelos cafés”, percebes? Portanto o anonimato na minha opinião, é importante para isso. Porque as pessoas ficam mais livres de culpas. Como uma pessoa vive muito e fala muito da vida dos outros, no meu caso as pessoas não sabem que eu vou às FA.

Um outro elemento que deve ser tido em conta na análise que estamos a fazer, está relacionado quer com o dilema moral quer com o uso e necessidade do anonimato que aqui encontramos. Refiro-me ao sentimento de falhanço de que falam estes membros, associado à vergonha, à culpa, ao anonimato como forma de protecção e desejo de não serem reconhecidos ou de verem divulgados os problemas que os levam ali.

Falhanço como pessoa, como pais e, muitas vezes no próprio casamento. Como se o confronto com o facto da toxicoddependência dos filhos fosse um marco em que se faz uma avaliação de quem a pessoa é, de como (bem) desempenha os seus deveres, os seus papeis sociais.

Quase todos [os membros] consideram, na parte inicial quando chegam lá, que é um falhanço na educação, que eles não conseguiram transmitir aos filhos e ninguém gosta de se assumir como falhado nesse aspecto, que é importante para toda a gente. Não há inconveniente nenhum nas outras pessoas saberem, não é um inconveniente, é um individuo sentir que fracassou. Sentir não, assumir. Que é ainda pior. Mas é exactamente isto que se aprende nas FA. (Z., Fevereiro 2003)

Outro dos informantes, refere-se aos benefícios encontrados na ida às reuniões:

Primeiro foi para mim, que aquilo não tinha culpa nenhuma, que aquilo não tinha sido um falhanço, que essa era uma das coisas que eram importantes. (A., Janeiro 2003).

Conclusão

Voltemos ao inicio do nosso texto e ao titulo que aqui indicámos. Nas Famílias Anónimas, o principal veiculo terapêutico é o discurso, o uso da narrativa como forma

de exposição das situações vividas, da procura de explicações, de soluções; o modo encontrado para aliviar o estigma, a culpa. Este processo, como vimos, é conflituoso de duas maneiras: primeiro no dilema pessoal, moral e social em que o indivíduo se coloca a partir do momento em que começa a adoptar a conduta preconizada por esta associação. Perante o facto da impotência face ao seu familiar, é através do discurso que apre(e)nde uma nova forma de estar e de se libertar ou aliviar-se dos problemas que ali o levam. Não encontra uma “cura” para os problemas que ali o levam, i.e., a adicção dos seus familiares, nem uma “cura” para si mesmo; experiência, isso sim, uma espécie de libertação de si próprio por relação a outros. Sentindo, inicialmente, ser a causa das situações vividas, como se fosse o agente que lhes deu origem e também alvo de condenação moral e social, encontra nas Famílias Anónimas (na organização, filosofia, discurso) uma outra forma de entendimento de todos estes factores.

(...) eu acho que o programa tem formulas que fazem com que as pessoas virem as coisas na cabeça delas, reorganizarem-se. A vida de uma mãe com um filho adicto deve ser um inferno mas o que é facto é que todas elas quando lá chegam vêm com culpas, sabem que podiam ter feito melhor. Ao libertar as pessoas da culpa, conseguem encarar a vida com optimismo e conseguem ter forças para pôr em pratica aquilo que o programa diz. O programa também diz para as pessoas viverem a própria vida porque é a única solução que essas pessoas têm. Lá dentro, dizem: a solução não existe. (A., Maio 2003)

No entanto, este caminho implica a renúncia a convicções e sentimentos desde sempre interiorizados e partilhados por toda uma sociedade. Se é através do discurso que interioriza a filosofia da associação, é também desta forma que se racionaliza, se reinventa e encontra uma nova forma de actuação para com os seus problemas, dos seus familiares, da sua vida.

O membro das Famílias Anónimas encontra aqui as condições ideais para que tais transformações se operem. Libertado da culpa, da vergonha e do estigma a partir do momento em que, aplicando na sua vida os princípios aqui são preconizados, e protegido pelo anonimato, gere a informação pessoal que quer desvendar sem ter quaisquer imposições senão a de se abster de comentar quem vê e o que foi dito nas reuniões, preservando assim o anonimato dentro e fora do grupo. No entanto, reconhece que a vantagem deste anonimato se revela igualmente ambígua: confortável no sentido em que não discrimina dentro do grupo, colocando todos em pé de igualdade;

constrangedor a partir do momento em que se é julgado social e moralmente à luz do desconhecimento da própria situação e das transformações que se operam.

Este caso apresenta-se-nos ainda como paradigmático quando se quer compreender como os indivíduos procuram encontrar, em determinados contextos como o que aqui é apresentado, uma forma de se reinventar e de se reconstituir e onde o discurso assume um papel primordial.

Bibliografia:

- Antze, P. (2003) [1987]. "Symbolic Action in Alcoholics Anonymous". In: Douglas, Mary (ed.) *Constructive Drinking*. London, Routledge. Pp.149-181.
- Cain, Carole (1991) "Personal Stories: Identity Acquisition and Self-Understanding in Alcoholics Anonymous" in *Ethos*, vol.19, Issue 2, pp. 210-253.
- Comas d'Argemir, Dolores (1992) "Gender Relations and Social Change in Europe: on Support and Care." In *The Anthropology of Europe: 1992 and After*. Centre for Research into European Identity and Policy, 25/26 June 1992, Goldsmith's College.
- Davies, J. B., (1997), *Drugspeak. The analysis of drug discourse*. Netherlands: Harwood Academic Publishers.
- Durant, Yves (1987) *Les solidarities dans les sociétés humaines*. Paris: PUF
- FAMILIES ANONYMOUS, Inc., (1991), *Hoje um Caminho Melhor*. Lisboa.
- Finch, Janet (1989) *Family Obligations and Social Change*. Cambridge: Polity Press.
- Fróis, Catarina (2004) "O Anonimato em contexto de grupo: o caso das Famílias Anónimas", conferência proferida no Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, a 12 de Julho de 2004.
- Fróis, Catarina (2003) "(A) Negociação da identidade nos grupos de auto-ajuda: o caso das Famílias Anónimas" in *Antropologia Portuguesa*, nº20 (no prelo)
- Goffman, Erving, (1988) [1963], *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara.
- Goffman, Erving (1993) [1959] *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Greil, A. & Rudy, D. (1983) "Conversion to the World View of Alcoholics Anonymous: A Refinement of Conversion Theory" in *Qualitative Sociology*, 6 (1). pp. 5-28.
- Faizang, Sylvie, (1996), *Ethnologie des anciens buveurs. La liberté ou la mort*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Marx, G. 1999. What's in a Name? Some Reflections on the Sociology of Anonymity. In: *The Information Society*, 15, 99-112
- Quintais, L. 2000. Liminaridade e metamorfose: uma reflexão antropológica sobre uma desordem psiquiátrica. In: *Análise Social*, vol.XXXIV,153: 985-1006
- Valentim, A. 1998. Droga, dependência e sociedade: uma incursão (crítica) no campo do pensamento sobre as drogas. In: *Revista Critica de Ciências Sociais*, 51: 137-169
- Valverde, M. & White-Mair, K. (1999) "'One day at a time' and other slogans for everyday life: the ethical practices of alcoholics anonymous." in *Sociology*, vol.33, nº2, pp.393-410.